

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA BEATRIZ SANTOS SILVA

RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
AGÊNCIA, VULNERABILIDADE E RESPONSABILIDADE:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA PESSOA IDOSA EM RELATÓRIOS DE
ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS INTERNACIONAIS

UBERLÂNDIA/MG

2026

ANA BEATRIZ SANTOS SILVA

RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
AGÊNCIA, VULNERABILIDADE E RESPONSABILIDADE:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA PESSOA IDOSA EM RELATÓRIOS DE
ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS INTERNACIONAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Picinato
Mazuchelli

UBERLÂNDIA/MG

2026

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	5
2.1 Definição de “Conflito Armado” à Luz do Direito Humanitário Internacional	5
2.2 Idadismo e Narrativas Culturais Sobre Envelhecimento	6
2.3 A teoria dialógica da linguagem no Círculo de Bakhtin.....	9
2.4 Constituição do corpus e da análise	12
3 ANÁLISE DO CORPUS.....	13
3.1 Descrição e Análise da Estrutura Argumentativa Dos Relatórios	13
3.2 Narrativas de Agência, Fragilidade e Obstáculos Estruturais à Fuga.....	19
3.3 Análise Conjunta.....	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento demográfico populacional é um fenômeno global e acelerado. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deve duplicar até 2050, alcançando 2,1 bilhões de indivíduos. Nas Américas, esse marco ocorrerá ainda mais cedo: até 2030, haverá mais idosos do que menores de 15 anos, cerca de 25 anos antes da média mundial (OPAS, 2022). No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000 a 2023, a população de brasileiros com 60 anos ou mais aumentou de 8,7% para 15,6%. Em 2070, estima-se que essa população representará 37,8% dos habitantes do país (IBGE, 2024).

Essa transição demográfica vem exigindo atenção crescente às necessidades da pessoa idosa, especialmente diante da obrigação da sociedade e do Estado de zelar pela proteção de seus direitos fundamentais, como aponta o Artigo 10 do Estatuto da Pessoa Idosa: “É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis” (Brasil, 2003, s/p).

Em contextos de conflitos armados, ocasião em que as pessoas idosas enfrentam riscos agravados por barreiras de mobilidade, condições de saúde e exclusão nos processos decisórios, a necessidade de atenção da sociedade e do Estado deve ser ainda maior. Episódios recentes, como a guerra na Ucrânia, revelam que esse grupo costuma estar entre os mais afetados e, paradoxalmente, entre os menos contemplados nas respostas emergenciais (ONU, 2021). Apesar do reconhecimento dedicado a outros grupos considerados em risco, como mulheres, crianças e pessoas com deficiência, a população idosa continua amplamente sub-representada nas estratégias de proteção (HelpAge, 2014).

Entre as principais fragilidades associadas à velhice em conflitos armados, relatórios de organizações humanitárias destacam: negligência nos planejamentos humanitários; perdas de moradia e de subsistência; dificuldades de deslocamento, de acesso à assistência (serviços de saúde e benefícios estatais); agravamento de condições de saúde, de insegurança alimentar; e ruptura das redes de apoio. Além disso, assassinatos ilegais, detenções arbitrárias, abuso, exploração e tortura de pessoas idosas são relatados (Amnesty International, 2025; Dorcas, 2022; Human Rights Watch, 2022).

Diante desse quadro complexo de violência, questiona-se se tais fragilidades são decorrentes do agravamento da conjuntura ou também de práticas intrinsecamente ligadas ao

preconceito etário. Dito de outra maneira, seria a dificuldade de acesso à assistência, por exemplo, como relatada por organizações humanitárias acerca de planejamentos humanitários, decorrente do conflito armado ou poderia também ser explicada por outras questões como o idadismo, termo que se refere aos processos de segregação, baseados na idade, que levam a “perdas, desvantagens e injustiças, causando desgaste no relacionamento entre as gerações”? (OPAS, 2022, p. 2)

É nesse contexto que a pesquisa de Iniciação Científica, intitulada “Envelhecimento e Gênero: uma análise discursiva em situações de conflito armado”, foi desenvolvida¹. A pesquisa buscou responder às seguintes questões: como a pessoa idosa é retratada em relatórios de organizações humanitárias internacionais sobre conflitos armados? De que maneira essas construções discursivas legitimam práticas de cuidado ou, ao contrário, perpetuam invisibilidades e negligências? Entende-se que investigar as maneiras linguístico-discursivas pelas quais a pessoa idosa é retratada nesses documentos (que orientam, em alguma medida, a governança humanitária), contribui para compreender a definição de responsabilidades, prioridades e modalidades possíveis de intervenção, assim como implicações políticas e sociais desses enquadramentos linguístico-discursivos para a efetiva proteção desse grupo populacional.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa analisou um *corpus* constituído de três relatórios: *No One Is Spared: Abuses Against Older People in Armed Conflict* (HRW, 2022); *Falling Through the Cracks: Older People in Conflict Situations* (Dorcas, 2022); e *Older Persons in Armed Conflict and Peacebuilding* (Amnesty International, 2025) a partir da filosofia da linguagem bakhtiniana e da compreensão de que o envelhecimento populacional não é apenas um desafio estratégico da agenda global, mas fenômeno cuja representação condiciona sua visibilidade e prioridade nas arenas multilaterais.

O estudo desenvolvido insere-se, dessa maneira, no campo das Relações Internacionais, ao articular direitos humanos e políticas de proteção em emergências, e no campo dos Estudos Linguísticos, ao examinar como escolhas linguístico-discursivas participam da produção de significados e da legitimação de práticas de opressão.

Neste relatório, inicia-se com a apresentação teórico-metodológica que fundamentou a constituição e análise do *corpus*, contemplando os estudos sobre envelhecimento e idadismo, a

¹ A Iniciação Científica, foi realizada entre outubro de 2024 e setembro de 2025, com financiamento PIBIC/UFU EDITAL DIRPE Nº 1/2024 e sob supervisão de Larissa Picinato Mazuchelli.

definição de conflito armado à luz do Direito Internacional Humanitário (DIH) e os conceitos do Círculo de Bakhtin necessários para a avaliação dos processos de significação concernentes à população idosa no contexto investigado. Na sequência, desenvolve-se a análise e a discussão dos três relatórios selecionados, à luz desse referencial, buscando responder às questões da pesquisa, seguindo-se para as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados e suas implicações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Esta seção apresenta os referenciais teóricos e metodológicos que sustentam a constituição do *corpus* e a análise desenvolvida ao longo da pesquisa de Iniciação Científica. Inicialmente, discute-se a definição de conflito armado à luz do Direito Internacional Humanitário (DIH), estabelecendo o enquadramento normativo que orienta a atuação das organizações examinadas. Em seguida, aborda-se o conceito de idadismo e reflete-se sobre os discursos que estruturam percepções sociais sobre a velhice, oferecendo ferramentas para interpretar hierarquizações e exclusões. Além disso, apresenta-se a perspectiva dialógica do Círculo de Bakhtin com relação aos conceitos de maior relevância para a análise dos documentos (linguagem, diálogo, enunciado, vozes sociais e heteroglossia). Finalmente, a seção se encerra com a descrição da constituição do *corpus* e da análise.

2.1 Definição de “Conflito Armado” à Luz do Direito Humanitário Internacional

Para fins desta pesquisa, adota-se a definição de conflito armado estabelecida pelo Direito Internacional Humanitário (DIH), especialmente nos artigos 2º e 3º comuns às Convenções de Genebra de 1949, bem como seus protocolos e comentários adicionais do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC). Embora as Convenções não apresentem uma definição fechada de conflito armado, trata-se de uma escolha deliberada das próprias convenções. Ao fazê-lo, priorizam a verificação de critérios factuais, a fim de evitar que controvérsias terminológicas ou a recusa política das partes impeçam a aplicação das normas humanitárias. Ainda assim, na prática internacional, a qualificação das situações de violência permanece, frequentemente, como objeto de disputa (ICRC, 2024).

A partir desses princípios, o DIH distingue duas categorias principais de conflito armado. O conflito armado internacional (CAI), regulado pelo artigo 2º comum, ocorre sempre que há recurso à força armada entre dois ou mais Estados, aplicando-se tal categorização

independentemente de declaração formal de guerra e também nas situações de ocupação total ou parcial. A caracterização do CAI baseia-se, portanto, em fatos demonstrativos de hostilidades interestatais, sem exigência de um limiar mínimo de intensidade ou duração; confrontos de pequena escala podem, assim, acionar a aplicabilidade do DIH. A legalidade do uso da força à luz da Carta das Nações Unidas não altera essa aplicabilidade (ICRC, 2025).

O conflito armado não internacional (CANI), regulado pelo artigo 3º comum, ocorre no território de um único Estado e envolve violência armada entre forças governamentais e grupos armados organizados, ou entre esses grupos. Para qualificar uma situação como CANI exigem-se, cumulativamente, um grau suficiente de organização das partes não estatais e uma intensidade da violência que supere meros distúrbios internos ou incidentes esporádicos. Essa avaliação é material e contextual, considerando elementos como duração e frequência dos confrontos, tipo de armamento e escala das hostilidades; incidentes isolados, por si só, não costumam atingir o limiar jurídico exigido (ICRC, 2025).

A distinção entre CAI e CANI é relevante não apenas do ponto de vista jurídico, mas também metodológico para esta pesquisa. Os relatórios selecionados mobilizam exemplos distintos de conflitos dentro de tais categorias, para atribuir obrigações, identificar destinatários de proteção e estruturar recomendações. Assim, compreender os critérios do DIH permite examinar de forma mais precisa como a pessoa idosa é inserida, ou marginalizada, nessa conjuntura, fornecendo base para a análise das escolhas discursivas presentes nos relatórios humanitários.

2.2 Idadismo e Narrativas Culturais Sobre Envelhecimento

O envelhecimento compreende transformações biológicas e culturais; sua vivência e seus significados variam, portanto, segundo circunstâncias diversas. A antropologia e as ciências sociais complexificam a relação entre o ciclo biológico da vida – marcado por nascimento, crescimento e morte – e as formas sociais e simbólicas pelas quais as coletividades atribuem sentidos à idade e à velhice. Nesse quadro, aquilo que define quem é considerado “velho”, quais lugares sociais lhe são atribuídos e como essa etapa da vida é experimentada modifica-se profundamente de acordo com arranjos históricos, culturais e institucionais. Como explica Debert (1998, p. 8):

Da perspectiva antropológica, mas também do ponto de vista da pesquisa histórica, trata-se de ressaltar, em primeiro lugar, que as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos, a

posição social dos velhos e o tratamento que se é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

A idade cronológica, nesse sentido, longe de constituir um dado neutro da natureza, é mobilizada como mecanismo de organização social, servindo à atribuição de estatutos jurídicos, à delimitação de expectativas produtivas e à regulação estatal do curso da vida. Desse modo, como argumenta Debert (1998), a velhice configura-se menos como um simples fato “biológico” e mais como uma elaboração simbólica e normativa, moldada por valores culturais, arranjos econômicos e políticas públicas que estabelecem fronteiras entre as fases da vida e produzem expectativas específicas sobre o envelhecer.

A partir da compreensão da construção social do envelhecimento, pode-se observar diferentes sentidos associados ao envelhecimento bem como formas específicas de hierarquização e exclusão baseadas na idade. O termo *age-ism* (idadismo, etarismo ou ageísmo em português), segundo o gerontólogo Robert Butler, é a forma de preconceito e discriminação baseada unicamente na idade, ou seja, “um processo de estereotipagem e discriminação sistemática contra pessoas por serem idosas, assim como o racismo e o sexismo fazem com a cor da pele e o gênero” (Butler, 1969, p. 243).

Uma das principais teses de Butler (1969) acerca das origens do preconceito etário sustenta que o idadismo está profundamente ligado ao medo socialmente construído do envelhecimento. Para o autor, jovens e pessoas de meia-idade projetam na velhice temores relacionados à doença, à perda de autonomia e à morte. Em suas palavras: “Age-ism reflects a deep seated uneasiness on the part of the young and middle-aged – a personal revulsion to and distaste for growing old, disease, disability; and fear of powerlessness, ‘uselessness,’ and death” (Butler, 1969, p. 243).

Além disso, esse fenômeno se manifesta tanto em estereótipos culturais quanto em práticas institucionais, como a aposentadoria compulsória e a exclusão do mercado de trabalho.

We have chosen mandatory retirement from the work force and thus removed the elderly from the mainstream of life. Age-ism is manifested in the taunting remarks about “old fogeys,” in the special vulnerability of the elderly to muggings and robberies, in age discrimination in employment independent of individual competence, and in the probable inequities in the allocation of research funds (Butler, 1969, p. 244).

O idadismo constitui, assim, um dispositivo social e simbólico que cumpre funções específicas: de um lado, contribui para desresponsabilizar coletivamente a sociedade quanto às

demandas da velhice; de outro, oferece aos indivíduos mais jovens uma forma de distanciamento emocional diante dos temores ligados ao declínio, à fragilidade e à finitude (Butler, 1995 *apud* Macnicol, 2006).

Para Butler (1969), a meia-idade ocupa um lugar particularmente importante na compreensão do idadismo, pois se situa entre as gerações mais jovens e os mais velhos, acumulando responsabilidades econômicas, familiares e sociais. Assim, ao mesmo tempo em que tende a sustentar filhos e a assumir encargos relacionados aos pais idosos, esse grupo vivencia de maneira mais concreta a proximidade do próprio envelhecimento, o que pode intensificar ansiedades associadas à perda de autonomia, produtividade e reconhecimento social. Butler (1969) argumenta que essa posição intermediária tende a favorecer a projeção desses temores sobre a velhice, contribuindo para a consolidação de atitudes e práticas idadistas desse grupo populacional.

Outro elemento central para compreender a persistência do idadismo está nas narrativas culturais que moldam as percepções sociais sobre o envelhecimento. Margaret Gullette (2004), em *Trapped in the New Time Machines*, no seu livro *Aged by Culture*, argumenta que no Ocidente predomina a chamada “narrativa do declínio”, segundo a qual envelhecer é essencialmente associado a perdas – de saúde, de beleza, de produtividade e de relevância social. Essa narrativa não apenas descreve, mas constroi formas de ver a velhice, reforçando estereótipos de que pessoas idosas são frágeis, dependentes e menos capazes de contribuir. A autora conta que:

On the calm surface, chronology is a bureaucratic convenience and a motive for annual potlatches of celebration. But the media increasingly exploit these automatic sequences for their associated story of decline. In *Esquire* in 2001 a man published head shots of his wife from age thirty-one to fifty-five for an issue on "Women and Aging," a spread that was unlikely to raise the median age of the trophy wife. The net effect of such sequences is to confuse the autobiography of anyone's unique mind-body with a universal arithmetic series supposedly etched on the body (Gullette, 2004, p. 07).

Desse modo, a narrativa cultural do declínio funciona como um dispositivo ideológico que legitima o idadismo, naturalizando práticas de exclusão e preconceito, como a suposta ideia de que estaria “gravada no corpo uma série aritmética universal”. Ao reforçar a ideia de que o envelhecimento é uma trajetória linear de perda, invisibilizam-se outras experiências possíveis da velhice, como autonomia, criatividade e engajamento social.

Dessa forma, compreender o envelhecimento como um fenômeno complexo bio-histórico-cultural e o idadismo como prática e dispositivo simbólico permite enfrentar construções negativas do envelhecimento e práticas opressivas que operam por meio da linguagem. Por outro lado, destituí-lo dessa complexidade contribui com a continuação de processos idadistas que afetam a experiência de envelhecimento (Mazuchelli, 2025). Se a idade constitui um marcador socialmente produzido, também o são as expectativas, os lugares e as limitações atribuídas às pessoas idosas. As narrativas culturais, como a do declínio, vão além da descrição de experiências concretas do envelhecer e participam da organização social da diferença etária, influenciando políticas públicas, práticas institucionais e percepções morais sobre valor, utilidade e vulnerabilidade. Nesse sentido, analisar como a velhice é construída em documentos e discursos institucionais torna-se fundamental para compreender como determinadas formas de exclusão podem ser naturalizadas ou contestadas, especialmente em contextos de crise, nos quais a definição de quem é visto como prioritário, salvável ou capaz de agir adquire implicações éticas e políticas decisivas.

2.3 A teoria dialógica da linguagem no Círculo de Bakhtin

No âmbito da filosofia da linguagem desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin, formado por autores como Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pavel Medviédev, a linguagem é compreendida como uma atividade social viva, histórica e ideologicamente situada, cuja realidade fundamental reside no fenômeno da interação verbal.

Nessa perspectiva, de acordo com Volóchinov (2017), a linguagem não existe fora do uso concreto que dela fazem sujeitos socialmente organizados, sendo na comunicação dialógica que ela se realiza enquanto processo ininterrupto de criação de sentidos. Por isso, para o Círculo, o enunciado é compreendido como a “unidade real da comunicação verbal”; ou seja, “um ato singular, irrepetível, concretamente situado e emergindo de uma atitude ativamente responsiva, isto é, uma atitude valorativa em relação a determinado estado de coisas” (Faraco, 2009, p. 24). Trata-se, portanto, do ato concreto por meio do qual a língua, enquanto sistema abstrato, se materializa na vida social. Como explica Faraco (2009), para Bakhtin, e demais pensadores do Círculo, todo enunciado se orienta responsivamente para outros enunciados, pois responde ao já dito e antecipa uma reação do interlocutor, de modo que seu sentido se constroi nessa relação dialógica com discursos anteriores e futuros.

Assim, o significado de um enunciado não se esgota em seus elementos linguísticos estáveis, mas resulta da articulação entre a significação, relativa aos componentes repetíveis da língua, e o tema, que corresponde ao sentido concreto produzido nas condições específicas de sua enunciação. Isso evidencia que compreender o discurso implica considerar, simultaneamente, sua materialidade linguística, seu contexto histórico-social e as atitudes avaliativas que o atravessam. Como explica Faraco (2009, p. 24): “essa atitude avaliativa se materializa no tom, na entonação do enunciado: 'a palavra realmente pronunciada não pode deixar de ser entonada', (Bakhtin, 1990², p. 32), que, por sua vez, emerge do universo de valores em que me situo”.

Dessa maneira, por emergir nas/das relações sociais e responder às necessidades de simbolização e valoração da enunciação, a linguagem constitui o meio privilegiado de realização da atividade humana. Por isso é possível analisar, por meio do estudo dos processos linguísticos, as atividades humanas, sejam elas escrever uma carta, comprar um imóvel, elaborar políticas públicas, decidir os rumos de uma organização, estabelecer parâmetros de assistência humanitária etc.

A linguagem, portanto, é constituída por um complexo sistema de valores por meio dos quais diferentes grupos sociais interpretam e dizem o mundo. Isso constitui o que se chama de vozes sociais, posições valorativas e visões de mundo que se encontram, se tensionam e se hierarquizam no discurso; ou seja, cada uma dessas vozes está "saturada de valores", carregam índices sociais de valor oriundos da experiência histórica dos grupos e da atividade humana. Não coexistem pacificamente. Estão em constante diálogo sociocultural, onde se iluminam, se contrapõem, se parodiam ou polemizam umas com as outras. Essa heteroglossia dialogizada é atravessada por fatores como classe, profissão e geração (para citar apenas alguns exemplos).

Enquanto a heteroglossia aponta para a existência das vozes, o diálogo descreve o que ocorre quando elas se encontram. Para o Círculo de Bakhtin, ao contrário do sentido estrito do conceito de diálogo – que se refere à forma composicional da fala ou à conversação entre personagens –, interessa, sobretudo, o diálogo pelo seu sentido amplo, ou seja, o diálogo visto como relações de sentido que se estabelecem entre enunciados (Faraco, 2009). Como afirma Volóchinov (2017, p. 348), “o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação dire-ta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer

² Faraco (2009) cita a edição em língua inglesa do texto escrito por Bakhtin entre os anos de 1920-1923. A tradução mais recente desta obra, que integra seus trabalhos filosóficos, foi publicada como “O autor e a personagem na atividade estética” por Paulo Bezerra (2023).

comunicação discursiva, independentemente do tipo”. Logo, qualquer enunciado, mesmo um livro impresso ou um texto escrito séculos atrás, está em diálogo com outros discursos, respondendo a eles, confirmando-os ou antecipando objeções.

O diálogo faz palco, dessa maneira, a uma tensão constante entre dois tipos de forças; impulsos de poder que buscam monologizar a linguagem, conhecidos como “forças centrípetas”, e de “forças centrífugas”, que resistem à centralização, através da multiplicidade de vozes.

As vontades sociais de poder tentarão sempre estancar, por gestos centrípetos, aquele movimento: tentarão impor uma das verdades sociais (a sua) como a verdade; tentarão submeter a heterogeneidade discursiva (controlar a multidão de discursos); monologizar (dar a última palavra); tomar o signo monovalente (deter a dispersão semântica); finalizar o diálogo (Faraco, 2009, p. 53).

Por isso analisar fenômenos da linguagem significa investigar essa complexa rede de posicionalidades:

eis por que a palavra não apenas designa um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa por sua entonação minha atitude valorativa em relação ao objeto, em relação àquilo que é desejável ou indesejável nele, e, desse modo, movimenta-o em direção do que ainda está por ser determinado nele, transforma-o num momento constituinte do evento vivo, em processo (Bakhtin, 1990, p. 32-33)³.

Essa atitude avaliativa é o caráter ideológico da linguagem, que decorre desse processo vivo de significação: “tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. Onde não há *signo* também não há *ideologia*” (Volóchinov, 2017, p. 91. *Grifos* do autor). Como explica Faraco (2009, p. 47):

(...) para o Círculo, a significação dos enunciados tem sempre uma dimensão avaliativa, expressa sempre um posicionamento social valorativo. Desse modo, qualquer enunciado é, na concepção do Círculo, ***sempre ideológico*** - para eles, não existe enunciado não-ideológico. E ideológico em dois sentidos: qualquer enunciado se dá na esfera de uma das ideologias (i.e., no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição avaliativa (i.e., não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica) (*grifos* do autor).

É dentro dessa disputa e hierarquização de vozes, sentidos e posicionamentos axiológicos que o gesto de análise e de interpretação “não é um ato passivo (um mero

³ Ver nota anterior.

reconhecimento), mas uma réplica ativa, uma resposta, uma tomada de posição diante do texto” (Faraco, 2009, p. 42).

A partir dessas reflexões teóricas, torna-se possível compreender a linguagem como prática social historicamente situada, os enunciados como unidades concretas de interação verbal e os sujeitos como participantes responsivos de uma cadeia discursiva atravessada por valores e vozes múltiplas. Esses pressupostos do Círculo de Bakhtin não se restringem a uma reflexão abstrata sobre a linguagem, mas oferecem fundamentos consistentes para a construção de um percurso metodológico capaz de apreender os sentidos em disputa nos discursos analisados. É com base nessa compreensão que se delineia, na seção seguinte, os procedimentos da análise do *corpus* selecionado fundamentada nos princípios dos estudos bakhtinianos.

2.4 Constituição do corpus e da análise

A metodologia da pesquisa de Iniciação Científica, bem como no presente relatório, fundamenta-se em uma abordagem dialógica, como apresentado na seção anterior e, portanto, de natureza qualitativa e interpretativista. Buscou-se compreender como o discurso sobre pessoas idosas no contexto de conflito armado é construído em três relatórios internacionais de organizações diferentes, com objetivos, linguagem e públicos distintos, e quais implicações se apresentam para a implementação de políticas e práticas de proteção.

A investigação teve início com um levantamento bibliográfico e documental, que possibilitou a construção de uma análise preliminar e a seleção dos documentos que compuseram o *corpus* da pesquisa. Foram considerados, para esse fim, relatórios produzidos por organizações internacionais, como Dorcas, Human Rights Watch e Anistia Internacional, especificamente voltados à análise da situação de pessoas idosas em contextos de conflitos armados.

A seleção dos textos que constituem o *corpus* baseou-se em critérios destinados a assegurar sua relevância e alinhamento com o objeto de estudo. Primeiramente, adotou-se o critério da pertinência temática, priorizando documentos que abordassem de forma direta a condição das pessoas idosas em cenários de conflito armado, de modo a garantir a coerência com os objetivos da investigação. Além disso, aplicou-se o critério da credibilidade das fontes, com a escolha de relatórios elaborados por organizações internacionalmente reconhecidas, o que contribui para a confiabilidade do material analisado.

Em vista de tal, a análise foi realizada a partir dos conceitos dos Estudos Bakhtinianos,

especialmente aqueles apresentados na seção anterior, abordagem que se consolidou no Brasil como uma perspectiva teórico-analítica própria. A investigação, assim, buscou identificar as vozes sociais mobilizadas (institucionais e dos próprios idosos ou de seus familiares), suas tensões e silenciamentos, bem como os valores que sustentam tais enunciações para que, dessa maneira, respondesse às questões de pesquisa. Após a definição dos relatórios e a constituição do *corpus*, a análise se desenvolveu por meio de gestos de leitura e interpretação dos relatórios a partir da fundamentação teórica da pesquisa e identificação de relações dialógicas, observando convergências, contradições e disputas/rupturas de sentido.

Tal escolha teórico-metodológica se justifica por situar e permitir uma análise comprometida com o caráter dialógico da linguagem, reconhecendo o idoso como sujeito histórico e o conflito armado como arena de produção de sentidos atravessadas por valores sociais e ideológicos.

3 ANÁLISE DO CORPUS

Com o intuito de organizar a análise realizada, esta seção se divide em três subseções. Primeiramente, apresenta-se, por ordem de publicação, uma descrição dos três relatórios que constituem o corpus, incluindo informações sobre ano de publicação, divisão, foco do relatório, objetivos e conflitos analisados. Também são elencadas particularidades e similaridades, argumentos centrais e demais informações consideradas relevantes sobre as organizações humanitárias que os redigiram e para a pesquisa. Em seguida, a construção discursiva da pessoa idosa em situação de conflito armado foi analisada, sobretudo, em torno das concepções e argumentos apresentados para explicar a não-fuga desse grupo. Assim, a segunda subseção apresenta e discute a análise sobre três tabelas que apresentam diferentes argumentos utilizados pelas organizações para justificar tal realidade, e suas respectivas construções discursivas em formato de sentenças. Além disso, finalizando a seção de análise, apresenta-se uma análise conjunta das construções dos relatórios apresentados, a fim de identificar padrões e divergências e de responder às perguntas da pesquisa realizada.

3.1 Descrição e Análise da Estrutura Argumentativa Dos Relatórios

O relatório *No One Is Spared: Abuses Against Older People in Armed Conflict*, foi organizado pela Human Rights Watch e publicado em fevereiro de 2022, com cerca de 54 páginas. A HRW é uma organização internacional independente, localizada em mais de 40 países, que se propõe a defender a dignidade humana e promover a aplicação dos direitos

humanos e do direito humanitário. De acordo com a organização, sua atuação se divide da seguinte maneira: “We scrupulously investigate abuses, expose the facts widely, and pressure those with power to respect rights and secure justice” (HRW, 2022, p. 2). Sendo assim, o relatório sobre pessoas idosas em situação de conflito armado seria parte do movimento de divulgação daquilo que foi investigado para promover a justiça em torno desse grupo vulnerabilizado.

A metodologia apresentada em torno do relatório partiu da documentação de ataques ilegais e demais violações contra civis, investigados entre os anos de 2013 e 2021 em conflitos armados internacionais ou não. Dentre eles:

This report on abuses against older people is based on an analysis of Human Rights Watch research carried out between 2013 and 2021 in international and non-international armed conflicts between Armenia and Azerbaijan over the ethnic-Armenian majority enclave Nagorno-Karabakh, in Burkina Faso, Central African Republic, Ethiopia, Israel and the Occupied Palestinian Territory, Mali, Mozambique, Niger, South Sudan, Syria, and Ukraine and on people displaced by conflict in Syria (HRW, 2022, p.8).

A investigação dos relatores do documento, por sua vez, se baseou em entrevistas, pessoalmente ou não, com vítimas, parentes, ou testemunhas de abusos, além de líderes religiosos, jornalistas, diplomatas, políticos, membros da sociedade civil, entre outros. Ademais, apesar de apresentar citações diretas das entrevistas realizadas, além de assumir não se concentrar especificamente nos idosos em algumas situações, “in many cases, Human Rights Watch research did not focus on the particular experience of older people but documented their situations together with that of younger people. In other instances, research found that older people faced heightened risk related to their age” (HRW, 2022, p. 9), a organização não apresenta uma definição base de “pessoa idosa”, incluindo pessoas de 50 a 90 anos. Apesar disso, o relatório diz refletir certa diversidade, incluindo marcadores econômicos, sociais, religiosos e de gênero, além de refugiados idosos, idosos com deficiências, deslocados internos ou civis.

No corpo do relatório tem-se resumo, metodologia, breve contexto dos conflitos armados investigados e uma seção de recomendações para: governos; instituições de direitos humanos; assembleias legislativas nacionais; doadores; conselhos de direitos humanos e segurança da ONU; lideranças de grupos não-armados, além de missões de Peacekeeping (manutenção da paz) da ONU e outras agências humanitárias (HRW, 2022). Também apresenta

uma seção dedicada aos abusos sofridos por idosos, contendo temas como assassinato; violência de gênero; sequestros e detenções; tortura, destruição de infraestrutura e falta de acesso à ajuda humanitária e à saúde.

Além dos abusos principais, o relatório dedica uma seção separada para as “Not Fleeing Hostilities”, ou seja, apresenta as motivações sobre a não-fuga das hostilidades por parte da população idosa. Incluindo duas subseções nomeadas: “Choosing Not to Flee” ou, em português, “Escolhendo Não Fugir” e “Obstacles to Flight” ou “Obstáculos Para Escapar”. O relatório é finalizado com um resumo das normas jurídicas internacionais que contemplam a situação, e em seguida, com agradecimentos aos envolvidos na pesquisa e elaboração do relatório, bem como aos idosos que se dispuseram a relatar suas realidades em meio a conflitos armados.

O segundo relatório, *Falling Through the Cracks: Older People in Conflict Situations* elaborado pela Dorcas e publicado em junho de 2022, contém cerca de 22 páginas e, ao contrário do primeiro, não possui relatos de pessoas idosas, sendo um compilado de informações obtidas através de pesquisas realizadas por outras organizações, como Human Rights Watch, Organização Mundial da Saúde e Alto Comissariado da ONU para Refugiados. A Dorcas, por sua vez, é uma organização cristã que atua em 13 países entre Europa Oriental, África Oriental e Oriente Médio de forma direta com indivíduos vulnerabilizados e o seu entorno (estruturas sociais e comunidades) e que se afirma “inspirada pelo potencial de cada ser humano”. Em suas palavras: “we fight poverty, exclusion and crisis. We empower marginalised people and communities to flourish. This is how we follow Jesus Christ” (Dorcas, 2022, p. 22).

Além disso, dada a Guerra estabelecida entre Rússia e Ucrânia, a Dorcas enviou uma equipe para o país, com o intuito de auxiliar o maior número possível de pessoas, contando também com uma operação de assistência emergencial em larga escala. Dessa forma, além de levar em consideração achados de outras organizações, a Dorcas utiliza sua experiência na Ucrânia, e em outros conflitos onde atuou, para complementar a investigação em torno da pessoa idosa. Nesse contexto, o relatório surge com o objetivo de aumentar a visibilidade sobre a vulnerabilidade enfrentada pela pessoa idosa, bem como denunciar as negligências sofridas e a falta de adequação dos programas de ajuda humanitária. Além disso, busca estimular o debate sobre os direitos dessa população e envolver formuladores de política na proteção desses direitos (Dorcas, 2022).

Para atingir esse objetivo, o relatório divide-se, além do resumo e das recomendações-chave, em quatro capítulos. O primeiro apresenta o cenário investigado e define “old age”, enquadrando como pessoas idosas aquelas com mais de 60 anos, conforme definição da ONU. O segundo discute o desenvolvimento dos conflitos armados no mundo e apresenta uma definição não estrita do conceito, que pode abranger guerras civis, étnicas e interestatais, bem como outras formas de violência que não chegam a configurar guerra, como disputas militarizadas, terrorismo, tumultos ou greves (Dorcas, 2022, p. 7). O terceiro reúne estudos de caso, incluindo a guerra russo-ucraniana, a guerra civil no Iêmen, e situações no Iraque e no Sudão do Sul, combinando pesquisa documental e trabalho de campo da organização. Por fim, o quarto capítulo apresenta recomendações elaboradas por partes interessadas ou baseadas nas próprias conclusões do relatório (ibidem). Ademais, embora não haja uma seção específica dedicada à não-fuga de pessoas idosas, o tema aparece ao longo do texto.

Por fim, o terceiro e último relatório analisado, nomeado: *Older Persons in Armed Conflict and Peacebuilding*, publicado pela Amnesty International em março de 2025, com cerca de 14 páginas, tem uma estrutura diferente dos demais. Primeiramente, a Amnesty International é uma organização não-governamental fundada em 1961, que se afirma ser a maior organização de mobilização por justiça social do mundo, independente de governos e ideologias políticas, e que visa defender os direitos humanos por meio de “pesquisa e análise de violações, campanhas e mobilizações e pressionando governos, empresas e tomadores de decisão a fazer o que é certo” (Amnesty International, 2026a, s/p). Além disso, a organização é reconhecida por possuir, desde 1964, um status consultivo na ONU, onde atua pressionando por:

Universal ratification and implementation of human rights treaties and standards; UN bodies to be more responsive to human rights and humanitarian crisis; The adoption of treaties to address new challenges such as business and human rights or our right to privacy; Institutional reform to achieve a stronger and more effective UN for the promotion and protection of human rights (Amnesty International, 2026b, s/p).

Em meio a este cenário, em 2025, tendo em vista a proteção dos direitos da pessoa idosa, a organização preparou o relatório analisado para o submeter ao perito independente (Claudia Mahler) sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas – em conflitos armados e na construção da paz – na oitava sessão da Assembleia Geral da ONU, em acordo com a resolução 51/4 do Conselho de Direitos Humanos (Amnesty International, 2025). A metodologia do relatório aparece na resposta às questões orientadoras estabelecidas, utilizando

informações de diversos locais, incluindo: Mianmar, Nigéria, Nagorno-Karabakh, Ucrânia e Gaza. Tais informações base foram coletadas entre 2018 e 2024, sendo constituídas, em sua maioria, de outros relatórios da própria organização, além de notícias, ou relatórios de outras organizações humanitárias (ibidem).

A estrutura do relatório, então, se divide da seguinte maneira: introdução; seção 1, sobre o impacto dos direitos humanos e evacuações; seção 2, sobre a discriminação no acesso à ajuda humanitária e suas recomendações; seção 3, sobre interseccionalidade e vulnerabilidades; seção 4, sobre acesso à serviços de saúde e demais serviços essenciais; seção 5, sobre idosos em detenção e territórios ocupados; e seção 6, sobre políticas estruturais e jurídicas. Vale ressaltar que cada seção é orientada para responder perguntas pré-definidas e acompanha as recomendações da organização sobre o tema específico abordado.

Em uma primeira análise, que considera essa estruturação dos relatórios e aspectos mais gerais de sua argumentação, observa-se que, embora compartilhem o objetivo de denunciar a situação das pessoas idosas em contextos de conflito armado, cada organização adota estratégias discursivas distintas. Enquanto o relatório da Dorcas privilegia uma abordagem mais explicativa e contextual, fundamentada em dados e referências institucionais, o documento da HRW constrói sua argumentação com maior ênfase na experiência individual, incorporando depoimentos diretos como forma de legitimação. Já o relatório da Amnesty International apresenta um caráter mais normativo, estruturado em recomendações formais e na exemplificação de casos para sustentar suas demandas. Essas diferenças revelam não apenas variações de estilo e estruturação desses documentos, mas distintas formas de construir posicionamentos axiológicos de autoridade, de enquadrar a velhice e de posicionar o leitor diante da problemática.

Nesse cenário, um ponto relevante de divergência refere-se à base de legitimação das informações apresentadas. Enquanto o relatório da HRW incorpora discurso direto (enunciados de pessoas idosas afetadas pelo conflito), Dorcas e Amnesty fundamentam suas análises predominantemente em relatórios secundários, dados institucionais e documentos externos. Essa distinção implica diferentes regimes de autoridade: no primeiro caso, a narrativa se ancora na testemunhalidade e na experiência vivida; nos demais, na sistematização técnica e na articulação interinstitucional.

Ao considerar a não neutralidade da linguagem e o diálogo como espaço de encontro entre vozes sociais hierarquizadas, que se contrapõem e não coexistem pacificamente, percebe-

se que relatórios que não apresentam as vozes das pessoas afetadas (idosos) em seu texto tendem à monologização discursiva e à tomar signos como monovalentes. Em outras palavras, tendem a concentrar a autoridade interpretativa em sua própria organização – únicos a ter real contato com as experiências retratadas pelos idosos –, eliminar disputas de sentido quanto aos signos adotados (“escolha”, “fragilidade”, “relutância”) e, conseqüentemente, favorecer movimentos centrípetos de estabilização de sentido.

Contudo, a presença de depoimentos diretos não garante, por si só, uma construção suficientemente significativa. Ainda que a voz da pessoa idosa seja incorporada, ela é selecionada, recortada e organizada pela instituição autora, dialogando com sentidos previstos pela organização, considerando seus objetivos e interesses. Assim, enquanto a voz desse grupo, nos relatórios que não incluem depoimentos diretos a pessoa idosa, surge de maneira predominantemente indireta, como *objeto* de análise e categoria estatística mediada por interpretações institucionais, no caso da HRW (única a incorporar de forma recorrente depoimentos de pessoas idosas), essa presença não contrasta aspectos não previstos ou posicionamentos axiológicos institucionalizados da temática; ou seja, a voz das pessoas idosas, presentes nesses enunciados, serve como sustentação da argumentação dos documentos, como evidência ilustrativa da narrativa construída pelo relatório, conferindo, apesar da heterogeneidade de vozes, também certa monologização, sobretudo em relação à visão negativa e estereotipada do envelhecimento.

Além disso, o relatório apresentado pela Dorcas é o único que explicita uma definição da categoria de pessoa idosa (acima de 60 anos) e de conflito armado, ao passo que os demais não apresentam suas bases conceituais. Essa ausência pode contribuir para a naturalização dessas categorias como evidentes ou autoexplicativas, obscurecendo seu caráter histórico, jurídico e discursivamente construído.

Por fim, destaca-se também a centralidade atribuída à questão da não-fuga em cada relatório. Enquanto o documento da HRW dedica uma seção específica ao tema, sistematizando os motivos apresentados – sejam eles formulados como “escolha” individual ou como obstáculos à fuga –, os demais relatórios não conferem ao assunto o mesmo destaque estrutural. A Amnesty International o aborda logo na seção inicial, articulando-o às violações de direitos humanos, ao passo que a Dorcas distribui a discussão ao longo do texto, vinculando-o às diferentes dimensões analisadas em cada seção. Essas distinções indicam diferentes formas de enquadramento temático e como cada relatório organiza discursivamente a questão da não-fuga,

atribuindo-lhe maior ou menor centralidade na interpretação das vulnerabilidades que atravessam a experiência da velhice em contextos de conflito armado.

3.2 Narrativas de Agência, Fragilidade e Obstáculos Estruturais à Fuga⁴

Com o objetivo de examinar como a pessoa idosa é discursivamente construída nos relatórios analisados, foram elaboradas três tabelas comparativas que sistematizam distintos modos de atribuição de agência relacionados a menor frequência de fuga desse grupo em contextos de conflito. A primeira organiza construções que sugerem escolha individual; a segunda reúne formulações que enfatizam obstáculos estruturais que dificultam ou impedem a evacuação; e a terceira contempla enunciados que associam a permanência a condições de fragilidade física ou debilidade. Na sequência, cada categoria é analisada discursivamente, sendo posteriormente articulada em uma leitura comparativa conjunta.

Tabela 1- Uso de termos que sugerem agência individual/ escolha

	HRW	Dorcas	Amnesty International
Exemplos de termos utilizados: Choose; Prefer; To decide; To Want; Rremain; Refuse; To Reluct; To stay; Attached to; Tend to.	1 - “Regina had fled fighting in October 2018 and caught typhoid from drinking dirty water in the forest. Since then, she decided that she would stay behind , including during fighting” (p.39). 2 - “[...] ‘Pierre’, ran to the displacement camp when the attack began. His brother, 57, refused to run as he wanted to stay and protect his belongings” (p.38).	3 - “Others choose not to leave because they have strong attachments to their homes or are reluctant to abandon land or livestock” (p. 9). 4- “Older people tend not to flee as they have greater challenges in adapting to new and unfamiliar environments. Some older people prefer to stay behind even though that may put them in a more vulnerable position” (p. 8).	5- “Many are strongly attached to their homes and land and reluctant to abandon them, as these are usually their most valuable assets” (p. 4). 6 - “When Myanmar soldiers discovered older people who stayed behind , they sometimes killed them or subjected them to torture or other ill-treatment” (p. 4).

Fonte: Autoria própria (HWR, 2022; Dorcas, 2022; Amnesty International, 2025).

Ao examinar as construções que atribuem escolha individual à pessoa idosa, observa-se que as três organizações analisadas mobilizam, em maior ou menor medida, verbos como “recusar”, “preferir”, “decidir” ou “escolher ficar” para explicar a não-fuga em contextos de

⁴ Em virtude das limitações de espaço, optou-se por apresentar os enunciados apenas em língua inglesa.

conflito. Tais formulações posicionam o idoso como sujeito da ação, vinculando a permanência, dessa forma, a uma decisão deliberada.

Em diversos trechos, essa atribuição de agência aparece associada à proteção de bens materiais, como ilustram expressões presentes nos relatórios: “queria ficar e proteger seus pertences” (excerto 2, HRW); “têm fortes laços com suas casas ou são relutantes em abandonar terras ou animais” (excerto 3, Dorcas); ou ainda “pois esses geralmente são seus bens mais valiosos” (excerto 5, Amnesty International). A recorrência dessa associação pode deslocar o foco de condicionantes estruturais ou circunstâncias específicas de cada caso, sugerindo que a permanência decorre prioritariamente de motivações individuais. Esse enquadramento dialoga com estereótipos culturalmente disseminados – como a imagem do idoso teimoso, rabugento ou excessivamente apegado – e pode contribuir para reforçar narrativas idadistas, ao simplificar situações complexas (Butler, 1989).

Além disso, ainda que expressões que remetem à escolha apareçam na fala das próprias vítimas, o contexto em que tais enunciados são produzidos revela os limites concretos dessa agência. A declaração de Regina, mulher de 75 anos com deficiência visual, ilustra essa tensão. Ao afirmar que “preferia permanecer na casa e morrer ali”⁵, sua fala mobiliza o vocabulário da vontade individual; entretanto, essa preferência emerge após a fuga da família, o isolamento, a escassez de recursos e o profundo sofrimento emocional descrito por ela. A “escolha”, portanto, não se apresenta como exercício pleno de autonomia, mas como formulação produzida dentro de um horizonte drasticamente reduzido de alternativas. Ler essa permanência apenas como decisão pessoal, como em: “ela decidiu que ficaria para trás, inclusive durante os combates” (excerto 1, HRW) obscurece as condições materiais e afetivas que restringem o campo do possível.

Outros argumentos relacionados à “escolha individual” também aparecem na análise. No relatório da Dorcas (2022), por exemplo, menciona-se que pessoas idosas enfrentam maior dificuldade de adaptação a novos ambientes, o que as levaria a permanecer em zonas inseguras “ainda que isso possa colocá-las em posição de maior vulnerabilidade” (excerto 4). Tal formulação mobiliza pressupostos sobre flexibilidade, capacidade de adaptação e envelhecimento que, ainda que não explicitamente depreciativos, dialogam com vozes de grupos sociais que compreendem o envelhecimento a partir de concepções naturalizadas de

⁵ Enunciado de Regina: “My family escaped to the bush, but I did not go. I survived alone with the little that was left in the house. It was very difficult. The worst consequence of this crisis is that I no longer appreciate life. I just wish to die so I can end my suffering. I prefer to stay in the house and just die there.” (HRW, 2022, p. 39).

declínio, reiterando-as. Nessa perspectiva, como apresentado na seção anterior, a análise fundamentada nos conceitos bakhtinianos mostra como visões e valores em defesa do envelhecimento, expressas no relatório, são atravessadas por sentidos prejudiciais que se manifestam nas escolhas linguística e nos sentidos que delas decorrem no processo de enunciação.

Tabela 2 - Uso de termos que sugerem impossibilidade estrutural

	HRW	Dorcas	Amnesty International
Exemplos de termos utilizados: Unable to; Could not; To not have; Prevented from; Had no access to; Left behind; Had no assistance; Absence of support; Lack of accessible infrastructure	7- “As an older person, the biggest challenge I faced when fleeing was the fact that I didn’t have enough money to support myself. I am facing a financial breakdown, and it’s hard” (p.31). 8- “The BIR [Bataillon d'Intervention Rapide] soldiers were wearing dark uniforms with “BIR” written on their helmets. They broke into my house and looted it (...) It has been a catastrophe for me. I was left with nothing. All my stuff, my property, my money. I am living from hand to mouth and from time to time I am forced to beg. This is humiliating” (p. 30).	9- “Some older people experience a lack of income opportunities or social protection outside their own areas. Therefore, they choose to stay where they are” (p.10). 10- “When left in unsafe locations, including areas of active hostilities, they are exposed to serious risks such as injury and death” (p. 14).	11- “Some people who managed to flee said that older people left behind in those areas sometimes died due to lack of food and healthcare” (p. 5). 12- “In two reports on the situation in Ukraine, Amnesty International interviewed many older people who said that bomb shelters available to the civilian population were not physically accessible or easily reachable, meaning that those with limited mobility were unable to reach them and were at greater risk during attacks” (p. 4).

Fonte: Autoria própria (HWR, 2022; Dorcas, 2022; Amnesty International, 2025).

A análise dos excertos organizados na segunda tabela, dedicada às construções que enfatizam obstáculos estruturais, mostra um deslocamento discursivo da responsabilidade individual para condicionantes externas à pessoa idosa. As organizações recorrem com frequência a termos como “impossibilidade”, “falta de”, “ausência de” e “inacessibilidade”, sugerindo que a permanência em zonas de conflito, por vezes, decorre de barreiras institucionais, logísticas ou socioeconômicas. São mencionadas, por exemplo, a inacessibilidade de abrigos antibombas, a ausência de transporte adequado, a falta de renda ou de mecanismos de proteção social. Nessas formulações, a responsabilidade tende a ser atribuída a falhas estruturais, a atores humanitários ou a instâncias governamentais.

Entretanto, apesar de reconhecerem apresentar obstáculos estruturais, alguns enunciados dos relatórios deslocam a responsabilidade para o âmbito familiar ou mesmo para a própria condição física da pessoa idosa, como na formulação: “idosos que foram deixados para trás durante os combates porque foram incapazes de fugir e se esconder com seus familiares” (HRW, 2022, p. 41). A análise de tais enunciados revela uma tensão discursiva: ainda que se reconheçam barreiras estruturais, persiste a atribuição implícita de responsabilidade às próprias vítimas ou a seus familiares, também expostos a risco.

Esse deslocamento torna-se particularmente interessante nas referências à vulnerabilidade socioeconômica. Enquanto no excerto 7 (HRW) lê-se: “como pessoa idosa, o maior desafio que enfrentei ao fugir foi o fato de que eu não tinha dinheiro suficiente para me sustentar”, no excerto 9 (Dorcas), afirma-se que “algumas pessoas idosas enfrentam a falta de oportunidades de renda ou proteção social fora de suas regiões, portanto, eles escolhem permanecer onde estão”. Nesse contexto, a articulação entre vulnerabilidade econômica e permanência como escolha produz um efeito discursivo relevante. Ainda que a precariedade financeira esteja frequentemente vinculada à própria conjuntura do conflito (como perda de moradia, de familiares ou de meios de subsistência), o enunciado reintroduz a categoria da escolha individual como explicação final para a permanência. Desse modo, barreiras estruturais, que restringem drasticamente o campo de possibilidades, podem ser reconfiguradas como decisão pessoal, o que desloca parcialmente a ênfase das condições materiais para a agência individual.

Além disso, ao utilizar construções que enfatizam a ação de “deixar idosos para trás”, os relatórios recorrem com frequência à voz passiva, o que produz um efeito de indeterminação quanto aos responsáveis pela ação. Tal dinâmica pode ser observada no excerto 10 (Dorcas): “quando deixados em locais inseguros, incluindo áreas de hostilidades ativas, eles ficam expostos a sérios riscos, como ferimentos e morte”, ou no excerto 11 (Amnesty): “algumas pessoas que conseguiram fugir disseram que os idosos que foram deixados para trás nessas áreas às vezes morriam devido à falta de comida e de cuidados médicos”. Em ambos os casos, a denúncia é formulada sem a explicitação de quem realizou o ato do abandono ou das circunstâncias concretas que resultaram em tal situação.

Esse apagamento sintático desloca o foco da responsabilidade para a condição da pessoa idosa enquanto categoria, podendo sugerir que a permanência decorre de características intrínsecas à idade. Ou seja, o contexto estrutural – como decisões militares, limitações

logísticas, ausência de políticas de evacuação ou rupturas familiares – permanece em segundo plano. Em contraste, quando a formulação parte do depoimento direto, como no caso do “homem de 61 anos” citado pela HRW (excerto 8), o qual denunciou a violência cometida por soldados da BIR, a narrativa tende a explicitar agentes e consequências, nomeando responsáveis e situando a experiência em um encadeamento causal mais definido. A violência, nesse caso, aparece vinculada a sujeitos e ações concretas, e não apenas à condição etária da vítima.

Em conjunto, a análise desses elementos indica que, mesmo quando obstáculos estruturais são reconhecidos, certas escolhas linguísticas podem reintroduzir a ideia de responsabilidade individual, revelando tensões discursivas na forma como a permanência de pessoas idosas em zonas de conflito é explicada.

Tabela 3 - Uso de termos que sugerem fragilidade física / debilidade

	HRW	Dorcas	Amnesty International
Exemplos de termos utilizados: Unable to; Could not; Frail; Physically weak; In poor health; Chronic illness; Disability; Limited mobility; Older age.	13- “Older people and their relatives also said that they have been unable to flee fighting because of their older age . Other older people said that their disability hindered their ability to flee. ” (p. 40); 14- “There was indiscriminate shooting. Bullets were flying. Rounds of bullets. It was like being in a warzone. Everyone ran away. Running away during the attack was a shock for me. I am old and I cannot run as fast as young people ” (p. 44);	15- “ Physical disabilities and health problems make it difficult for some to flee. In other cases, some older people with psychosocial disabilities or dementia find it difficult to comprehend the necessity or urgency of leaving” (p. 9); 16- “ Mobility challenges and other disabilities put older people at greater risk of injury and harm. They were less likely to flee in times of conflict due to hardships associated with travel and a reluctance to leave home” (p. 17);	17 - “Older people with disabilities often struggled to flee Boko Haram-controlled areas on foot” (p. 5). 18 - “(...) older people are more likely to have physical or other kinds of disabilities that make fleeing more difficult ” (p. 8).

Fonte: Autoria própria (HWR, 2022; Dorcas, 2022; Amnesty International, 2025).

Em seguida, a terceira tabela, ao organizar excertos que enquadram os idosos como debilitados física ou psicologicamente, apresenta um novo argumento utilizado para justificar a não-fuga desse grupo de zonas de conflito. Ao atribuir o avanço de idade a termos como, “frágil”, “fisicamente debilitado”, “incapaz de fugir ou de compreender”, “deficiências”, “doenças”, entre outros, os relatórios apresentam uma equivalência implícita entre envelhecer

e perder funcionalidade, reforçando a narrativa do declínio e demais estereótipos que envolvem esse grupo.

Além disso, construções como o excerto 18 (Amnesty): “pessoas idosas têm maior probabilidade de apresentar deficiências físicas ou de outros tipos que dificultam a fuga”, ou ainda: “em outros casos, alguns idosos com deficiências psicossociais ou demência têm dificuldade em compreender a necessidade ou a urgência de partir” (excerto 18, Dorcas), tendem a apresentar idosos como categoria homogênea, sem distinção de idade, classe, gênero ou doenças prévias. Assim, impactando diretamente na construção da noção de que a velhice se relaciona com declínio inevitável, bem como apagando diferenciações e efeitos de experiências de sobrevivência de longos conflitos armados.

Para além da associação entre velhice e incapacidade, as construções apresentadas na Tabela 3 contribuem para justificar e naturalizar a não-fuga, ao mesmo tempo em que reconfiguram o eixo da responsabilização. Ao apresentar dificuldades físicas e limitações de mobilidade como principal explicação para a permanência, os relatórios tendem a deslocar o foco das estruturas que moldam as possibilidades de evacuação (como políticas públicas, planejamento humanitário, logística de transporte e redes de apoio) para a condição individual da pessoa idosa.

Nos enunciados “elas eram menos propensas a fugir em tempos de conflito devido às dificuldades associadas à viagem e à relutância em deixar suas casas” (excerto 16, Dorcas) ou “pessoas idosas com deficiência frequentemente tinham dificuldades para fugir a pé” (excerto 17, Amnesty), observa-se que a ênfase recai sobre a limitação física e sobre a disposição subjetiva do indivíduo. As condições que tornam a “viagem” difícil, ou que impõem a necessidade de fugir “a pé”, permanecem pouco problematizadas. Assim, barreiras estruturais e falhas institucionais tendem a ser secundarizadas, enquanto a permanência aparece como consequência quase esperada da idade e de suas supostas limitações. Esse enquadramento contribui para estabilizar a velhice como categoria de vulnerabilidade intrínseca, obscurecendo a dimensão política das escolhas e das omissões que configuram o cenário de risco.

Outros pontos relevantes emergem na análise do excerto 14 (HRW), no qual se lê: “era como estar em uma zona de guerra. Todos fugiram. Fugir durante o ataque foi um choque para mim. Sou velho e não consigo correr tão rápido quanto os jovens”. O enunciado introduz dois elementos distintos: o impacto psicológico do conflito (“foi um choque”) e a comparação física entre idosos e jovens. Embora os relatórios reconheçam os efeitos da guerra sobre a saúde física

e mental das pessoas idosas, quando se trata da explicação da não-fuga, a limitação corporal tende a ser apresentada como condição anterior e intrínseca à idade, e não como consequência agravada ou produzida pelo próprio conflito.

Essa assimetria torna-se mais visível no caso de Regina (excerto 1, Tabela 1), descrito pela HRW: “Regina fugiu dos combates em outubro de 2018 e contraiu febre tifoide ao beber água contaminada na floresta. Desde então, ela decidiu que ficaria para trás, inclusive durante os combates”. Ainda que a deterioração de sua condição de saúde decorra diretamente da experiência de fuga em contexto de guerra, a formulação final reintroduz a categoria da decisão individual. O adoecimento provocado pela conjuntura aparece como pano de fundo, enquanto a permanência é enquadrada como escolha, e não como resultado de um obstáculo material ou físico decorrente do conflito.

No próprio excerto 14, ao enunciar “sou velho e não consigo correr tão rápido quanto os jovens”, o entrevistado explicita uma diferenciação geracional na condição de fuga. Essa distinção também se manifesta em outros trechos dos relatórios, como quando se descreve a separação entre idosos e jovens durante ações violentas: “Separaram os idosos dos jovens, levaram o dinheiro e outros pertences deles... Os idosos e os pais foram colocados em grandes caminhões [indo] para o leste. Deixaram-nos ir sem nada, enquanto os jovens ficaram para trás” (HRW, 2022, p. 23). Tais passagens indicam que a idade opera como marcador organizador das práticas de violência e deslocamento, revelando como estereótipos associados à velhice produzem tratamento diferenciado. Ao mesmo tempo, a interiorização dessas distinções – quando o próprio sujeito mobiliza a idade como explicação para sua limitação – sugere que as narrativas sociais sobre envelhecimento atravessam também a autopercepção, reforçando construções de incapacidade que dialogam com o idadismo apresentado anteriormente, como apontam estudos sobre o preconceito etário (OPAS, 2022).

Em suma, tais construções, ao apresentarem a condição física ou psicológica das pessoas idosas como principal fator explicativo para a não-fuga, tendem a obscurecer a ausência de apoio institucional de organismos responsáveis pela proteção de civis em contextos de conflito armado. Ao mesmo tempo, contribuem para apagar diferenças entre situações individuais por meio de formulações generalizantes e para minimizar os efeitos produzidos pelo próprio conflito sobre a saúde e as condições de vida dessas pessoas. Desse modo, reforça-se discursivamente a associação entre envelhecimento e perda de saúde, autonomia ou capacidade (Gullette, 2004).

3.3 Análise Conjunta

A análise dos relatórios, organizada por meio das três tabelas, mostra que os documentos mobilizam, apesar das suas diferentes abordagens metodológicas, três grandes eixos para explicar a não-fuga de pessoas idosas em contextos de conflito armado: a escolha individual, os obstáculos estruturais e as limitações físicas ou psicológicas. A permanência pode ser descrita simultaneamente como decisão, como consequência de barreiras externas e como resultado de fragilidade corporal, como apresentado no caso de Regina, mulher de 75 anos que possui seu caso enquadrado como escolha individual pela seguinte fala: “prefiro ficar em casa e simplesmente morrer lá” (HRW, 2022, p. 39), enquanto o contexto aponta para a perda de familiares e bens, além da contração de febre tifoide (excerto 1, HRW, Tabela 1). Tal coexistência revela uma tensão discursiva constante entre agência e vulnerabilidade, entre responsabilização individual e condicionamento estrutural.

Ademais, os argumentos que sustentam cada eixo também convergem: a maior incidência de doenças crônicas, limitações físicas ou psicológicas “em decorrência da idade”, bem como o “apego” à terra, à casa ou aos bens materiais, aparecem de forma recorrente nos três documentos, como observado nas Tabelas 1 e 3. Tal repetição sugere a existência de um posicionamento axiológico compartilhado no campo humanitário para explicar a não-fuga de pessoas idosas, no qual certos sentidos sobre envelhecimento se tornam mais previsíveis.

Nesse movimento, ainda que os relatórios reconheçam obstáculos institucionais, falhas logísticas e riscos agravados pelo conflito, observa-se a tendência de reintroduzir a escolha ou a limitação física como explicação final para a permanência. A vulnerabilidade estrutural frequentemente reaparece reconfigurada como dificuldade individual, e a precariedade produzida pela guerra tende a ser interpretada como traço associado à idade. Quando se afirma que pessoas idosas não fogem devido à dificuldade de adaptação a novos ambientes ou por forte apego aos seus bens (Tabela 1) o discurso não apenas descreve experiências concretas, mas atualiza imagens socialmente fundamentadas da velhice.

Ao refletirem dimensões reais da experiência, esses enunciados simultaneamente as refratam, associando-as a traços como passividade, relutância à mudança, teimosia ou incapacidade de adaptação. Desse modo, a análise conjunta sugere que a construção discursiva da pessoa idosa em contextos de conflito oscila entre o reconhecimento de vulnerabilidades estruturais e a reiteração de estereótipos etários, produzindo efeitos interpretativos que

ultrapassam a mera descrição dos fatos e alcançam o plano ético e político das respostas humanitárias

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os três relatórios, observa-se que, embora compartilhem o objetivo de denunciar a situação das pessoas idosas em contextos de conflito armado, constroem essa realidade a partir de enquadramentos discursivos distintos. A ausência de uma definição explícita de “pessoa idosa” no relatório da HRW – que, inclusive, recorre a relatos de indivíduos mais jovens para compreender determinadas experiências – sugere que a categoria é mobilizada sem delimitação conceitual clara. Tal ausência contrasta com a necessidade de reconhecer que diferentes idades, gêneros, classes e raças produzem vivências diversas do envelhecimento, especialmente em cenários marcados por violência e deslocamento forçado. A falta de definição comum tende a naturalizar a categoria “idoso” como homogênea, obscurecendo suas múltiplas dimensões sociais.

A análise das construções linguísticas revelou que os relatórios oscilam entre o reconhecimento de vulnerabilidades concretas – como dificuldades de mobilidade ou doenças crônicas que requerem maior cuidado –, e a formulação de enunciados que podem reforçar imagens estigmatizantes associadas à passividade, relutância à mudança e incapacidade de adaptação. Ao refletirem experiências reais, esses discursos também as refratam, reorganizando-as segundo posições axiológicas específicas. Como afirma Faraco (2009), o autor criador não registra passivamente os acontecimentos, mas os recorta e reorganiza a partir de determinada posição valorativa. Assim, os relatórios não apenas descrevem a situação das pessoas idosas em conflito, mas participam ativamente da construção de sentidos sobre quem são esses sujeitos e qual lugar ocupam no campo humanitário.

Nesse processo, percebe-se que a ênfase em formulações como “escolha de permanecer” (Tabela 1) ou “relutância em abandonar seus bens” (Tabela 1) pode deslocar a atenção das barreiras estruturais para interpretações centradas na agência individual. A consequência potencial desse enquadramento é a legitimação sutil de negligências, ao sugerir que a permanência decorre de decisão voluntária ou de fragilidade inerente à idade avançada. A questão que emerge, portanto, não é apenas descritiva, mas política: de que maneira tais construções discursivas influenciam a formulação de políticas públicas, a priorização de respostas humanitárias e a própria percepção social acerca da possibilidade, ou não, de proteção dessa população?

A análise dos relatórios mostra, assim, que as construções da velhice em contextos de conflito são atravessadas por tensões entre denúncia e reprodução de estereótipos. Ainda que busquem visibilizar vulnerabilidades, podem simultaneamente reforçar o que Gullette (2004) denomina “narrativa do declínio”, reproduzindo formas de idadismo que associam envelhecimento à incapacidade e dependência. Como alertava Robert Butler (1989, *apud* Macnicol, 2006), a persistência de imagens negativas e estigmatizantes sobre o envelhecimento limita as possibilidades de intervenção social e política.

Dessa forma, a análise discursiva revela-se fundamental não apenas para compreender como as pessoas idosas são retratadas em documentos humanitários, mas para questionar os efeitos éticos e políticos dessas construções. Em contextos de extrema vulnerabilidade, como os conflitos armados, a forma como se nomeia, descreve e enquadra a velhice pode contribuir tanto para a ampliação da proteção quanto para a naturalização da exclusão. Reconhecer essa dimensão é passo essencial para a construção de práticas humanitárias e políticas públicas mais sensíveis às complexidades do envelhecimento e ao combate ao idadismo. Nesse sentido, uma análise fundamentada nos estudos bakhtinianos mostram-se particularmente significativos para o campo das Relações Internacionais ao possibilitar que vulnerabilidades e negligências que atingem determinados grupos ou indivíduos sejam mais bem compreendidos e enfrentados.

REFERÊNCIAS

- AMNESTY INTERNATIONAL. **Older Persons in Armed Conflict and Peacebuilding** (Submission to the Independent Expert on the Enjoyment of All Human Rights by Older Persons). Amnesty International, mar. 2025. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2025/03/IOR4091882025ENGLISH.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- AMNESTY INTERNATIONAL. **O que fazemos e como atuamos**. Anistia Internacional Brasil, 2026a. Disponível em: <https://anistia.org.br/como-atuamos/>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- AMNESTY INTERNATIONAL. **About us**. Amnesty International, 2026b. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/what-we-do/united-nations/>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- BAKHTIN, M. *Author and Hero in the Aesthetic Activity*. In: BAKHTIN, M. **Art and Answerability: early philosophical essays**. Tradução da edição russa de V. Liapunov. Austin: University of Texas Press, 1990.
- BAKHTIN, M. **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- BAKHTIN, M. **O autor e a personagem na atividade estética**. Tradução da edição russa de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2023.
- BRASIL. **Estatuto da pessoa idosa**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, DF, 3 out. 2003.
- BUTLER, R. N. *Age-ism: Another form of bigotry*. **Gerontologist**, v. 9, p. 243–246, 1969. Disponível em: https://doi.org/10.1093/geront/9.4_Part_1.243. Acesso em: 25 fev. 2025.
- DEBERT, G. G. **Antropologia e velhice**. Campinas: Papirus, 1998.
- DORCAS. **Dorcas: mission & activities**. 2026. Disponível em: <https://dorcass.org/>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- DORCAS. **Falling through the cracks: older people in conflict situations**. 2022. Disponível em: <https://www.ecoi.net/en/document/2078247.html>. Acesso em: 11 jan. 2026.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GULLETTE, M. *Trapped in the New Time Machines*. In: GULLETTE, M. **Aged by Culture**. Bibliovault OAI Repository, the University of Chicago Press, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/37688888_Aged_by_Culture. Acesso em: 11 fev. 2026.
- HELPAge INTERNATIONAL. **Ações humanitárias**. HelpAge International, 2014. Disponível em: <https://www.helpage.org/what-we-do/humanitarian-action/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **No One Is Spared: Abuses Against Older People in Armed Conflict**. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2022/02/global_olderpeople0222_web.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População do país vai parar de crescer em 2041**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 25 fev. 2026.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). **Geneva Conventions of 12 August 1949: Commentary on Article 2**. Geneva: ICRC, 2025. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gci-1949/article-2/commentary/2016>. Acesso em: 1 dez 2025.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). **How is the term “Armed Conflict” defined in international humanitarian law?: Opinion Paper**. Geneva: ICRC, 2024. Disponível em: https://www.icrc.org/sites/default/files/document_new/file_list/armed_conflict_defined_in_ihl.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

MACNICOL, J. **Age discrimination: an historical and contemporary analysis**. Cambridge: Cambridge University, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511550560>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MAZUCHELLI, L. P. **Linguagem e envelhecimento: por uma teoria não-indiferente nos estudos linguísticos**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 67, n. 00, p. e025049, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v67i00.8679929>. Acesso em: 1 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). **Global Humanitarian Overview 2021**. New York: OCHA, 2021. Disponível em: <https://www.unocha.org>. Acesso em: 12 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Panorama da resposta do sistema de saúde às necessidades das pessoas idosas: análise situacional**. Washington, D.C.: OPAS, 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57113>. Acesso em: 13 out. 2025.

VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2. ed. Tradução de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.